



## Contra guerra federativa, grupo proporá “compensação cruzada”

Matheus Rosa/PMPA



Feira de material escolar em Porto Alegre: ICMS, imposto estadual que incide sobre mercadorias, é motivo de guerra entre estados

Estado que perder ICMS, por exemplo, poderá ser compensado com mais *royalties* do petróleo. Meta dos especialistas é que, na nova divisão dos recursos públicos, ninguém tenha prejuízo.

**A** comissão de especialistas criada pelo Senado para propor um novo pacto federativo faz hoje sua quarta reunião. Eles se debruçam sobre o ICMS, o Fundo de Participação dos Estados, os *royalties* do petróleo e as dívidas estaduais. Explica o relator, Everardo Maciel, ao **Jornal do Senado**: “Quando tratamos dos temas em conjunto, conseguimos fazer compensações cruzadas, mitigar prejuízos”.

**Se nova lei não for aprovada, estados entrarão em 2013 sem verbas federais**

**Governos querem regra que controle dívidas galopantes com a União**

4 e 5

**CPI recebe ex-diretor da Delta, que pode não falar 3**

José Cruz/Agência Senado



Gonçalves (E), relator, e Dipp, presidente da comissão de juristas, na reunião de sexta

**Discriminação de gays pode tornar-se crime inafiançável**

Proposta é do grupo de juristas que elabora anteprojeto de Código Penal. 7



Requião (2º à esq.) conduz debate com José Carlos de Assis (E), Ciro Gomes e Monteiro de Castro

### Debatedores condenam modelo neoliberal

Em audiência promovida pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul), debatedores atribuem crise

econômica ao esgotamento do modelo neoliberal, descartam medidas austeras e defendem maior planejamento do Estado. 8

José Cruz/ABR



**Código Florestal: vetos resgatam propostas do Senado 6**

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams

## Jornal do Senado



**Você vai curtir estar bem informado**

Acompanhe as principais notícias direto no seu Facebook. É só curtir a página do Jornal do Senado.

[www.facebook.com/jornaldosenado](http://www.facebook.com/jornaldosenado)

**JORNAL DO SENADO**

Senado e Câmara fazem hoje sessão solene conjunta para comemorar aniversário da Lei Áurea, mas Paulo Paim adverte que discriminação atual revela que o processo ainda não foi concluído no Brasil

# Congresso celebra 124 anos da Abolição da Escravatura

O CONGRESSO FARÁ hoje às 11h, no Plenário do Senado, sessão solene para lembrar os 124 anos da Abolição da Escravatura. O evento é uma iniciativa do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) e do deputado Domingos Dutra (PT-MA).

O senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou que o Brasil é a nação com mais pessoas negras fora da África, devido, sobretudo, ao fato de que 40% dos africanos levados no período do tráfico de escravos terem sido trazidos para terras brasileiras. Para ele, fatores como discriminação racial e diferentes padrões de tratamento e atendimento em setores como a saúde, educação, mercado de trabalho e segurança pública mostram que “temos uma abolição da escravatura não concluída”.



Ano Nascimento/ABR

## Miséria e exclusão

A opinião de Paim é compartilhada por historiadores. Eles argumentam que, com a abolição, em 13 de maio de 1888, conseguiu-se a liberdade para todos, mas também foram intensificadas a miséria e a exclusão. Os antigos senhores de escravos se adaptaram à nova realidade contratando a mão

de obra barata dos imigrantes europeus recém-chegados. Quanto aos ex-escravos, tiveram que pagar o preço alto de viver em uma sociedade conservadora, que não foi preparada para acolhê-los.

A Lei Áurea foi assinada pela princesa Isabel, em nome do imperador dom Pedro II. Até

então, os escravos, homens e mulheres negros trazidos da África desde o início da colonização, e seus descendentes, não eram considerados cidadãos. Eram parte do patrimônio de seus senhores, em uma economia essencialmente rural e dependente de sua força de trabalho.

## Audiência hoje discute violência contra jornalistas

A Comissão de Direitos Humanos fará audiência pública hoje para debater a violência contra jornalistas brasileiros e estrangeiros, a pedido de Paulo Paim (PT-RS).

Estão convidados o presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Celso Schröder, o coordenador da Comissão dos Jornalistas pela Integração Racial (Cojira), Sionei Ricardo Leão, e o diretor de Comunicação Social do Senado, Fernando Cesar Mesquita.

Os presidentes dos sindicatos dos jornalistas do Maranhão, Leonardo Monteiro; do Rio de Janeiro, Suzana Blass; e do Distrito Federal, Lincon Macário Maia, também estão no debate, além do diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Rádio e Televisão do Distrito Federal, Francisco Pereira da Silva, e dos jornalistas João Paulo Charleaux e Joedson Alves da Silva.

## Marcílio e Dorothea Werneck debatem crise internacional

A Ordem Econômica Mundial e o Brasil é o tema do 5º painel do ciclo de debates Temas da Agenda Internacional, que a Comissão de Relações Exteriores (CRE) faz hoje para detalhar a situação do Brasil na nova ordem econômica.

Foram convidados para o debate o embaixador Marcílio Marques Moreira, ex-ministro da Fazenda; a secretária de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, Dorothea Fonseca Furquim Werneck, ex-ministra do Trabalho e da Indústria e Comércio; o ex-embaixador do Brasil em Washington Rubens Barbosa, presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

O ciclo foi elaborado pelo presidente da CRE, Fernando Collor (PTB-AL), para conhecer a opinião de especialistas sobre o assunto.

## Amanhã é dia do Diploma Ermírio de Moraes

O Senado entregará amanhã em Plenário, às 11h, o Diploma José Ermírio de Moraes aos empresários Assis Gurgacz, João Carlos da Silva Júnior e Ricardo Coimbra de Almeida Brennand. Também será homenageado (*in memoriam*) o empresário Said Samou Salomão.

De acordo com a resolução

que instituiu o diploma, os agraciados devem ser personalidades de destaque do setor industrial, que tenham oferecido contribuição relevante à economia nacional, ao desenvolvimento sustentável e ao progresso do país.

A premiação é anual. A entrega acontece sempre em sessão realizada na semana

do Dia Nacional da Indústria, comemorado em 25 de maio. A indicação pode ser feita por qualquer senador. O conselho que escolhe os agraciados é composto por 13 senadores.

Falecido em 1973, o empresário José Ermírio de Moraes, que dá o nome ao diploma, é o fundador do Grupo Votorantim.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

### PLENÁRIO: 124 anos da Abolição

11h O Congresso realiza sessão solene para comemorar os 124 anos da Abolição da Escravatura, no Plenário do Senado. Às 14h, a sessão é não deliberativa.

### PRESIDÊNCIA: Seminário no TCU

11h José Sarney preside sessão comemorativa dos 124 anos da Abolição da Escravatura. Às 14h30, participa da abertura do seminário Desastres Naturais — ações emergenciais, no Plenário do TCU.

### CDH: Violência contra jornalistas

8h30 A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa debate a violência contra jornalistas. Entre os convidados, o presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, Celso Schröder.

### TRÁFICO DE PESSOAS: Debate no RN

9h A CPI do Tráfico de Pessoas promove audiência pública com a governadora do Rio Grande do Norte, Rosalba Ciarlini, e outros convidados, em Natal.

### SISTEMA FEDERATIVO: Propostas

9h30 A comissão especial se reúne para analisar e propor soluções para questões relacionadas ao sistema federativo.

### CÓDIGO PENAL: Reunião de juristas

10h Reunião administrativa da comissão de juristas destinada a elaborar anteprojeto do Código Penal.

### CDR: Desenvolvimento do Entorno

11h A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo promove audiência para debater o desenvolvimento econômico no Entorno do Distrito Federal.

### CRE: Economia e família

18h A Comissão de Relações Exteriores debate a nova ordem econômica, com Marcílio Marques Moreira, e a guarda de filhos, com a ministra Maria do Rosário.

TERÇA

### PLENÁRIO: Diploma a empresários

11h Sessão especial concede o Diploma José Ermírio de Moraes a empresários que se destacaram no setor industrial.

### CAS: Acidentes com motos

9h Promove debate sobre acidentes com motocicletas. Entre os convidados está Dirceu Rodrigues Alves Júnior, da Associação Brasileira de Medicina do Tráfego.

### CMA: Desmatamento e violência

9h Debate na Comissão de Meio Ambiente sobre desmatamento, violência e trabalho escravo por conta da produção de aço e ferro-gusa na região de Açailândia (MA).

### CONSELHO DE ÉTICA: Caso Demóstenes

9h15 O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ouve o senador Demóstenes Torres (sem partido-GO) sobre envolvimento com o contraventor Carlinhos Cachoeira.

### CAE: Carteira de habilitação

10h A Comissão de Assuntos Econômicos discute o uso da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico para financiar a Carteira Nacional de Habilitação para pessoas de baixa renda.

TERÇA

### AVIAÇÃO CIVIL: Manutenção de aviões

10h Debate sobre a manutenção de aeronaves com o gerente de Manutenção da Líder Aviação, Ivaldo de Andrade.

### CE: Educação básica

11h Na Comissão de Educação, projeto obriga escolas de educação básica a identificar pessoas autorizadas a ingressar na escola para cuidar de assuntos do aluno.

### CPI DO CACHOEIRA: Requerimentos

14h Comissão se reúne para análise de requerimentos e eleição do vice-presidente do colegiado.

### CCJ: Direito do contribuinte

14h30 Realiza audiência pública sobre o projeto de lei (PLS 298/11) que trata de direitos e garantias do contribuinte.

QUARTA

### CCT: Código da Ciência

9h Reúne-se para debater o projeto que propõe a criação do Código da Ciência.

### CAS: Lixo hospitalar

9h Na pauta da comissão, projeto que torna crime a venda, a importação e o descarte irregular de resíduo hospitalar.

### CDR: Transnordestina

9h30 A inclusão de ramal na Paraíba e em Alagoas na Ferrovia Transnordestina será debatida com o presidente da Transnordestina Logística, Tufi Daher Filho.

### CE: Economia criativa

10h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte promove audiência pública com a secretária de Economia Criativa do Ministério da Cultura, Cláudia Sousa Leitão.

### CCJ: Coligações majoritárias

10h Na pauta da comissão, o projeto que permite coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias e a proposta que torna mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro.

### CPI DO CACHOEIRA: Depoimentos

10h15 Comissão ouve acusados de integrar grupo de Carlinhos Cachoeira: José Olímpio de Queiroga Neto, Gleyb Ferreira da Cruz e Lenine Araújo de Souza. Também depõe Cláudio Abreu, ex-diretor da Delta Centro-Oeste, e o empresário Jayme Rincón.

### CMMC: Economia verde

14h Comissão que trata das mudanças climáticas promove debate sobre economia verde com Eliezer Martins Diniz, da USP, Peter Herman May, da UFRJ, e Eduardo Viola, da UnB, entre outros.

### CONGRESSO: Crédito para Integração

20h30 Sessão conjunta do Congresso no Plenário da Câmara aprecia projeto de lei (PLN 2/12) que abre crédito especial ao Ministério da Integração Nacional no valor de R\$ 90 milhões.

QUINTA

### CPI DO CACHOEIRA: Demóstenes Torres

10h15 Comissão que apura ligações do contraventor Carlinhos Cachoeira com agentes públicos e privados ouve o senador Demóstenes Torres (sem partido-GO).

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



## TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 8h30, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Com depoimento marcado para quarta-feira na CPI do Cachoeira, Cláudio Abreu obteve do STF decisão que permite a ele não responder perguntas que possam incriminá-lo

# Ex-diretor da Delta poderá usar o silêncio na CPI

O EX-DIRETOR REGIONAL da Delta Construções Cláudio Abreu, com depoimento marcado na comissão parlamentar de inquérito (CPI) mista que investiga as relações de Carlos Cachoeira com agentes públicos e privados, deverá permanecer em silêncio diante dos parlamentares. Ele obteve do Supremo Tribunal Federal (STF), na noite de quinta-feira, o direito de ficar calado e de ser assistido por seu advogado durante a sessão prevista para quarta-feira, às 10h15.

A decisão liminar foi concedida pela ministra do STF Cármen Lúcia ao julgar *habeas corpus* impetrado pela defesa. Na justificativa, ela escreveu que a jurisprudência do Supremo firmou, no caso de convocados por CPIs, o “direito ao silêncio quanto a perguntas cujas respostas possam resultar em auto-incriminação do depoente”.

De acordo com a ministra, Abreu não precisará assinar

termos ou firmar compromisso na condição de investigado ou de testemunha.

Acusado de envolvimento com Cachoeira e suspeito de corrupção e formação de quadrilha, Abreu está preso desde abril e responde a ações penais resultantes da Operação Monte Carlo, da Polícia Federal, e da Operação Saint Michel, do Ministério Público Federal.

Segundo o STF, outros salvos-condutos aguardam decisão da corte: Gleyb Ferreira da Cruz e Lenine Araújo de Souza têm depoimentos marcados pela CPI para amanhã. Lenine é acusado de ser gerente do jogo do bicho e responsável pela contabilidade do grupo. Gleyb é apontado como “laranja” de Cachoeira.

Para o deputado Chico Alencar (PSOL-RJ), depois do silêncio de Cachoeira na comissão, os demais acusados devem seguir o mesmo caminho.

— Este comportamento já era esperado e fica evidente que a CPI deve se dedicar cada vez mais às provas documentais — opinou o deputado.

Na quinta-feira da semana passada, outros acusados se recusaram a falar na CPI: Idalberto Matias de Araújo, conhecido por Dadá, e Jairo Martins de Souza. Já o ex-vereador Wladimir Garcez apresentou uma breve defesa de 20 minutos, mas não respondeu às indagações dos integrantes da CPI.

Dadá, sargento da Aeronáutica, é suspeito de arregimentar policiais para atividades criminosas. Também é suspeito de ser “araponga” do grupo, mesma atividade atribuída a Jairo Martins de Souza. Já Garcez é apontado como um dos principais colaboradores da organização comandada por Cachoeira e seria facilitador do grupo junto a agentes públicos, como os policiais civis e militares de Goiás.

## Collor considera respostas de Gurgel insatisfatórias

Fernando Collor (PTB-AL) disse, na sexta-feira, considerar insatisfatórias as respostas do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, encaminhadas por escrito à CPI do Cachoeira.

Principal defensor da ida de Gurgel à comissão, Collor afirmou, em discurso no Plenário, que as respostas apenas reforçam indícios de que o procurador teria cometido crimes de responsabilidade e prevaricação (retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício).

Na resposta à CPI, Gurgel afirma que tomou a decisão certa ao não remeter ao



Collor: indícios de prevaricação

Supremo Tribunal Federal, em 2009, inquérito da Polícia Federal que apontava ligações de Cachoeira com políticos. Ele alega que “não havia fato penalmente relevante” para instauração de inquérito no STF. Para Collor, entretanto, Gurgel não ajudou no andamento das investigações.

## Simon pede pressão da sociedade

Pedro Simon (PMDB-RS) voltou a criticar a demora da CPI em quebrar o sigilo da Delta nacional e convocar governantes para esclarecer suas relações com o contraventor Carlinhos Cachoeira. O senador também conclamou a juventude a acompanhar amanhã a votação de requerimentos com esses objetivos.

— Jovens das chamadas redes sociais, terça-feira, às 10h, vocês devem estar aqui, na frente do Senado, porque a presença de vocês, com as mãos limpas, tornou-se realidade. Com a presença dos senhores, a Diretas Já se tornou realidade, o presidente



Simon quer convocar governadores

que tinha de ser afastado foi cassado. Com a presença dos senhores, a reunião abrirá as contas da Delta e dos que devem ser policiados.

Para ele, a CPI “parece ter se afogado sem ter dado um único mergulho”.

Simon afirmou ainda que as respostas do procurador-geral Roberto Gurgel comprovam que ele tomou a decisão acertada ao sobrestar, em 2009, o inquérito da Operação Vegas, da Polícia Federal.

## Para Alvaro, comissão pode restaurar credibilidade

Alvaro Dias (PSDB-PR) considerou precipitado qualquer julgamento sobre o desfecho da CPI do Cachoeira. Segundo ele, há número de assinaturas para a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico da Delta nacional e para a convocação do governador de Goiás, Marconi Perillo.

Com a quebra do sigilo, ele disse esperar muitas revelações de “promiscuidade” do poder público com a empreiteira responsável por obras em vários estados.

Alvaro manifestou seu desejo de que os críticos da CPI se decepcionem.

— Sinceramente, desejo que eles se frustrem, porque quem ganhará com isso será o



Para o senador, crítica é precipitada

país. Não apenas a instituição parlamentar se revitalizará, mas oferecerá satisfação à sociedade por cumprir o seu dever num momento crucial para a credibilidade das instituições públicas.

Ele elogiou a decisão do ministro do STF Ricardo Lewandowski de revogar parte do sigilo judicial imposto aos inquéritos da Polícia Federal.



Vital (D), presidente da CPI, e Odair (2º à dir.), relator, em reunião semana passada: depoentes se defendem com o silêncio

## Vital aguarda oficialização sobre fim de sigilo

A CPI do Cachoeira ainda aguarda um comunicado oficial do STF a respeito do fim do sigilo sobre parte do inquérito que envolve o senador Demóstenes Torres (sem partido-GO).

O presidente da CPI, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), já informou à secretaria da comissão que vai cumprir o determinado, mas que precisa

esperar a comunicação do STF. Até a manhã da sexta-feira, nenhum oficial de Justiça veio ao Senado dar ciência da decisão.

Vital do Rêgo deve comparecer à comissão, na manhã de hoje, para tratar do assunto. No fim de semana, a sala-cofre onde estão dados secretos das operações Monte Carlo e Vegas, da Polícia Federal, permaneceu fechada.

Na noite de quinta-feira, o ministro do STF, Ricardo Lewandowski, autorizou a CPI a divulgar as informações, “ao seu exclusivo critério”, com exceção daquelas provenientes de interceptações telefônicas. Essas estão protegidas pela Lei 9.296/96, e a divulgação indevida configuraria crime cuja pena pode chegar a quatro anos de reclusão.

## Demóstenes apresenta sua defesa amanhã

Demóstenes Torres apresenta amanhã sua defesa ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, às 9h30. O processo disciplinar de quebra de decoro contra o senador — acusado de mentir em Plenário sobre sua ligação com o contraventor Carlinhos Cachoeira — foi aberto no início de maio.

Até agora, prestaram depoimento os delegados Raul Alexandre de Souza e Matheus

Mella Rodrigues, da Polícia Federal, responsáveis pelas operações Vegas e Monte Carlo, que resultaram na prisão de Cachoeira e identificaram 300 ligações telefônicas dele com Demóstenes.

As testemunhas arroladas pela defesa do senador — o advogado Ruy Cruvinel e o próprio Carlinhos Cachoeira — se recusaram a comparecer.

Na sexta-feira, o relator do processo, Humberto Costa

(PT-PE), afirmou que a presença de Demóstenes Torres no conselho pode mudar as convicções firmadas até agora.

— Estou inteiramente aberto a confrontar as denúncias com a defesa dele e elaborar um relatório levando em consideração tudo isso — disse Humberto.

O relator aguarda a defesa para elaborar o seu parecer, que promete finalizar até meados de junho.

Especialistas de renome foram convidados pelo presidente do Senado, José Sarney, para atualizar 4 normas defasadas do pacto federativo; estratégia será propor compensações cruzadas, isto é, fazer com que o estado que perder dinheiro em uma norma seja compensado com mais dinheiro em outra

### Se Fundo de Participação não ganhar nova regra, estado correrá risco de falir

A Constituição obriga a União a enviar aos estados 21,5% do que arrecada com o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto de Renda. O dinheiro vai para o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e depois é repartido.

O FPE privilegia os carentes. O Maranhão, pobre, fica com 7,2%. A São Paulo, o mais próspero, cabe só 1%. Cada estado tem uma cota fixa.

Na soma, 85% do dinheiro vai para o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste; e 15%, para o Sul e o Sudeste.

Dois anos atrás, porém, o Supremo Tribunal Federal decidiu que a regra é inconstitucional — cotas fixas contrariam a missão do FPE de reduzir as desigualdades regionais, já que o nível socioeconômico dos estados muda ao longo dos anos.

O julgamento foi motivado por ações de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, que queriam cotas mais generosas.

Está nas mãos do Congresso aprovar uma proposta de emenda à Constituição (PEC) prevendo uma regra que permita revisões periódicas.

Falta consenso sobre quais critérios usar no cálculo — população, PIB, renda *per capita*, Índice de Desenvolvimento Humano, Ideb (índice de qualidade escolar) etc.

Os estados têm pressa. O Supremo decidiu que o modelo atual só valerá até 31 de dezembro. Se o Congresso não votar outro, eles entrarão em 2013 sem os repasses

### Profusão de incentivos tributários com ICMS ameaça indústria nacional

O ICMS é um imposto que se cobra na circulação de mercadorias e vai para os cofres dos estados. Além de fonte de receita, os governadores o têm usado como trunfo para atrair empresas — que preferem lugares que aplicam impostos baixos a suas mercadorias ou que simplesmente não os cobram.

Cada estado tem sua lei fixando a cobrança do ICMS, mas as regras gerais estão previstas em normas federais.

Entre essas regras, está submeter todo projeto de incentivo fiscal com ICMS à aprovação unânime do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), formado por todos os estados. Os governadores, porém, têm ignorado o Confaz. Preferem baixar suas alíquotas e digla-

#### Dinheiro fatiado

O dinheiro do FPE garante quase 50% da receita de alguns estados

ESTADO	COTA DO FPE A QUAL TEM DIREITO	PERCENTUAL DA RECEITA EM RELAÇÃO ÀS RECEITAS*
AP	3,4%	46%
RR	2,5%	44%
AC	3,4%	40%
TO	4,3%	36%
MA	7,2%	33%
AL	4,2%	31%
PI	4,3%	30%
SE	4,2%	29%
PB	4,8%	28%
RN	4,2%	24%
RO	2,8%	23%
CE	7,3%	22%
PA	6,1%	20%
PE	6,9%	17%
BA	9,4%	16%
AM	2,8%	12%
MT	2,3%	10%
GO	2,8%	8,2%
MS	1,3%	7%
ES	1,5%	5,2%
PR	2,9%	4,8%
MG	4,5%	4%
RS	2,4%	3,3%
SC	1,3%	3,1%
DF	0,7%	2,1%
RJ	1,5%	1,4%
SP	1%	0,3%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>—</b>

\* receitas correntes líquidas (2009)  
Fonte: Consultoria Legislativa do Senado

federais. Alguns correrão risco de falência — como Amapá, Acre e Roraima, onde o FPE responde por quase 50% das receitas estaduais.

Para que nenhum estado receba menos do que hoje em valores absolutos, uma possibilidade aventada é a União abrir mão de uma parcela maior de seus impostos e aumentar o bolo do FPE.

# Comissão especial busca regras que acabem com “guerra” entre estados

Ricardo Westin

AS RELAÇÕES DENTRO da Federação estão estremeçadas. Estados brigam com estados, e estados brigam com a União. O que está em disputa é dinheiro — cada um luta com unhas e dentes por um pedaço maior do bolo dos recursos públicos.

Há o dinheiro do Fundo de Participação dos Estados, fatiado entre os 27 governos. Há o dinheiro da dívida que os estados têm com a União.

Há o dinheiro do ICMS, o imposto que representa a principal fonte de receita dos estados. E há o dinheiro cobrado das empresas de petróleo (os *royalties*) e repartido entre União, estados e municípios.

Nas quatro situações, fórmulas levam ao quinhão que cabe a cada estado e à União. No passado, satisfiziam todas as partes. Com o tempo, ficaram obsoletas. Hoje até provocam prejuízos.

Diante dessa situação, os entes da Federação buscam avolumar seus quinhões a todo custo. Alguns exageram nas isenções de ICMS para atrair empresas e investimentos. Outros entraram na Justiça para que a partilha do Fundo de Participação lhes fosse mais favorável.

#### Irmão contra irmão

É legítimo o desejo de dinheiro. Sem ele, afinal, não se constroem hospitais, escolas, estradas. Sem ele, a máquina pública não anda.

O problema é que, para que um estado ganhe, outro estado (ou a União) precisa perder. Nas palavras do advogado tributarista Ives Gandra Martins, um dos estudiosos da questão, o Brasil hoje é palco de uma “luta fratricida” (irmão que mata irmão).

O Senado quer pôr fim a

essa briga. Para isso, pediu a ajuda de 14 especialistas de renome, como Nelson Jobim (ex-presidente do Supremo Tribunal Federal), Everardo Maciel (ex-secretário da Receita Federal), Adib Jatene (ex-ministro da Saúde) e o próprio Ives Gandra Martins.

Por meio de um ato assinado pelo presidente do Senado, José Sarney, os 14 foram incumbidos de propor novas regras para o pacto federativo — fórmulas que corrijam o fluxo do dinheiro público que vai para cada estado e para a União.

A quarta reunião do grupo

está marcada para hoje.

Para que os quatro pontos de discórdia sejam solucionados, é preciso que o Congresso Nacional aprove novas leis. A ideia do Senado é alicerçar-se nas sugestões que serão apresentadas por essa comissão de especialistas e elaborar os projetos de lei necessários.

Nenhum desses temas é novo no Congresso. Não faltam projetos que proponham mudanças nas regras do Fundo de Participação dos Estados, das dívidas estaduais, do ICMS e dos *royalties* do petróleo. Senadores e

deputados já estão debruçados sobre eles.

Eles, porém, não equacionariam os problemas. Por terem objetivos muito específicos, as propostas em tramitação no Congresso não levam em conta o amplo universo do pacto federativo.

O Senado optou por montar uma comissão de especialistas porque crê que a melhor solução só será encontrada se os quatro pontos forem discutidos ao mesmo tempo, e não um a um.

Exemplo: graças à visão global que tem da situação, a comissão poderá sugerir que

um estado perca *royalties* do petróleo e, como compensação, ganhe uma fatia maior do Fundo de Participação.

— Quando tratamos os temas individualmente, acabamos criando ganhadores e perdedores. Ninguém quer isso. Quando tratamos dos temas em conjunto, conseguimos fazer compensações cruzadas, mitigar prejuízos — explica Everardo Maciel.

Novas regras para o ICMS acabam de ser aprovadas pelo Senado. Valem a partir de 2013. Mas isso não impede que, no novo arranjo federativo, os especialistas sugiram outras regras, que substituam as recém-fixadas.

#### Quebra-cabeça

Uma meta que norteia o pacto federativo é a redução das desigualdades regionais do Brasil. O dinheiro, por isso, não pode ser distribuído por igual. Deve favorecer regiões carentes.

Isso cria um quebra-cabeça complexo: a comissão tem de apresentar um cenário em que, no cômputo final, os estados carentes recebam mais dinheiro e, ao mesmo tempo, os ricos não percam. O que se dá como certo é que em certas situações a União terá de abrir mão de parte de seus recursos em favor dos estados, para anular-lhes (ou ao menos reduzir-lhes) eventuais perdas.

A opção pelos especialistas tem uma segunda motivação. O Senado deseja redigir seus projetos de lei sobre um alicerce técnico, neutro. Quando um senador ou deputado redige um projeto, ao contrário, é natural que favoreça seu estado. Gandra Martins resume:

— Não temos compromisso com nenhum lado. O que buscamos é a pacificação, o fim da luta fratricida.



Protesto no Rio, em 2011, contra mudança na distribuição dos tributos do petróleo: a Federação está dividida

## Para facilitar debates, todas as reuniões são a portas fechadas

Por decisão da própria comissão do Senado que busca um novo pacto federativo, todas as reuniões são realizadas a portas fechadas.

Não que os debates sejam sigilosos. O que se pretende é que os integrantes exponham livremente suas ideias e não se sintam constrangidos ao mudar de opinião.

— Não sendo públicas nossas reuniões, ninguém se

sentirá pressionado a marcar posição — explica Everardo Maciel, ex-secretário da Receita Federal.

A comissão começou a trabalhar em abril e tem até meados de junho para apresentar suas propostas. A ideia do Senado é usá-las como base para redigir projetos de lei que reparem as falhas do pacto federativo. O presidente do grupo

é Nelson Jobim, que já foi ministro da Justiça e presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). O relator é Everardo Maciel.

#### Experiência

Outros nomes que já ocuparam altos cargos no governo também fazem parte da comissão: Adib Jatene (ex-ministro da Saúde), João Paulo dos Reis Velloso (ex-

ministro do Planejamento), Bernard Appy (ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda) e Manoel Felipe Régio Brandão (ex-procurador-geral da Fazenda Nacional)

Completam o grupo os advogados Ives Gandra Martins, Luís Roberto Barroso, Marco Aurélio Marraffon e Paulo de Barros Carvalho, os economistas Fernando

Rezende e Sérgio Roberto Rios do Prado, o cientista político Bolívar Lamounier e o ex-reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) Michal Gartenkraut. A comissão de especialistas foi criada por sugestão do senador Pedro Taques (PDT-MT). O ato que autorizou a instalação foi assinado pelo presidente do Senado, José Sarney.

Márcio Azevedo/Governo do Rio de Janeiro

Genildo Magalhães/Senado

Genildo Magalhães/Senado

Genildo Magalhães/Senado

Genildo Magalhães/Senado

### Paim afirma que bancos privados fizeram falsa redução de juros

Paulo Paim (PT-RS) apoiou a decisão do governo Dilma de mudar as regras da poupança — para reduzir a taxa de juros e estimular o setor produtivo e o consumo interno.

Ao mesmo tempo, ele criticou a suposta manobra dos bancos privados de camuflar a redução dos juros elevando as taxas de serviços, a fim de manter sua lucratividade inalterada.

— De acordo com dados da Febraban [Federação Brasileira de Bancos], os quatro maiores bancos do país [Itaú, Banco do Brasil, Unibanco e Bradesco] apresentaram lucro de R\$ 38 bilhões com prestação de serviço e cobrança de tarifas entre janeiro e setembro de 2011. Nos últimos dois anos, as tarifas bancárias registraram aumento de 77%, enquanto a inflação foi de 17,65%.

Jorge Viana (PT-AC) reforçou a denúncia de que a rede bancária privada teria disfarçado a redução dos juros com mudanças nos valores cobrados pelos serviços aos correntistas e a imposição de “pedágio” — como a exigência de abertura de conta para o cliente interessado em

### Para Renan, reforma tributária protegeria país de crise mundial

As medidas adotadas pelo governo brasileiro para evitar que a crise econômica internacional chegue ao país foram elogiadas por Renan Calheiros (PMDB-AL).

Ele, no entanto, defendeu a realização de reformas estruturais, como a tributária. Para o senador, é preciso reduzir custos e tornar o setor produtivo mais eficiente — para que o mercado mundial não tenha medo de investir no Brasil.

— Essas medidas recentes são pontuais. Por serem conjunturais, não substituem as grandes reformas estruturais que o Brasil precisa empreender — disse.

Renan observou que o mercado interno “salvou” o Brasil em 2008 e, da mesma forma, deverá preservar a economia brasileira na atual crise, que afeta especialmente os países europeus.

O governo, em sua opinião, trabalha com responsabilidade e transparência para manter o nível de atividade econômica interna. Assim, lembrou, houve a redução dos juros, a reformulação da poupança e as recentes desonerações tributárias para o setor automobilístico.



Paulo Paim critica bancos privados por reajustar taxas de serviços

crédito mais barato.

Paim anunciou que hoje será realizada uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre atos de violência contra jornalistas no Brasil e no mundo.

O Brasil aparece em 11º lugar na lista dos países mais impunes quando o assunto é assassinato desses profissionais, acrescentou Paim. O levantamento é do Comitê para Proteção ao Jornalista.

— Vamos lançar uma campanha contra a tortura e o assassinato de jornalistas e a proibição do livre exercício de sua função — disse.



Renan diz que ação do governo foi importante, porém insuficiente

— Estamos seguindo um caminho seguro ao estimular o mercado interno, como foi feito na crise do biênio 2008-2009 — afirmou o parlamentar.

O senador também defendeu o aumento dos investimentos públicos para ampliar a infraestrutura e melhorar a competitividade do país.

Em seu pronunciamento, Renan também pediu a renegociação das dívidas dos pequenos agricultores do Nordeste. O senador informou que há 640 mil contratos em cobrança apenas no Banco do Nordeste.

Fonte: Banco Central

Novo Código Florestal será sancionado com 12 vetos e 32 mudanças, 14 das quais restaurando artigos do Senado alterados na Câmara

# Governo veta anistia por derrubada ilegal e outros 31 itens da lei florestal

DEPOIS DE MUITAS versões e polêmicas, o novo Código Florestal começa a ganhar sua feição definitiva. São 12 vetos e 32 modificações, que serão conhecidos na íntegra hoje, quando será encaminhada uma medida provisória ao Congresso.

A decisão da presidente Dilma Rousseff foi anunciada sexta-feira pelo advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e o ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho.

— Este não é o código dos ambientalistas nem o código dos ruralistas — disse Ribeiro.

Izabella Teixeira reforçou o compromisso de Dilma de “não permitir anistia aos desmatadores” e disse que, com o veto parcial, o governo mostra

respeito ao Congresso.

Já Luís Adams afirmou que o texto é resultado de um “acúmulo técnico”, fruto de muito debate, e que por isso a MP com as alterações será bem recebida pelo Congresso. Segundo ele, das 32 modificações, 14 retomam trechos do projeto do Senado, 13 alteram o texto da Câmara e 5 são inserções do governo.

O principal artigo vetado no novo código é o 61 (são 84 no total), que trata de atividades agrícolas em áreas de preservação permanente (APPs) ocupadas até 22 de julho de 2008. Na visão dos críticos do texto, que pediam veto integral para o novo Código Florestal, esse é um dos que permitem anistia para desmatadores. Izabella Teixeira afirmou que serão mantidas as regras da

atual legislação para as matas ciliares, as chamadas APPs ripárias, que garantem a sobrevivência dos rios. O texto atual prevê faixas que vão de 30 a 500 metros, dependendo da largura dos cursos d’água.

Também as reservas legais, disse a ministra, terão as atuais regras mantidas. Permanece o percentual de mata nativa a ser preservado: 20% das propriedades no Sul, Sudeste e Nordeste, 35% no Centro-Oeste e 80% na Amazônia Legal.

Quando à recomposição por desmatamento ilegal, o governo retoma as regras aprovadas no Senado e alteradas na Câmara. Para ter suspensa a multa por desmatamento, o agricultor deverá recuperar a vegetação nativa. Antes, terá cinco anos para fazer o Cadastro Ambiental Rural

(CAR), a partir do qual poderá se integrar ao Programa de Recuperação Ambiental (PRA). A recuperação das áreas será responsabilidade tanto dos grandes quanto dos pequenos proprietários, mas o tamanho da recomposição será vinculado ao da propriedade.

Regras de transição, disse a ministra, preveem matas ciliares de 5 a 100 metros, de acordo com a largura dos rios. Matas ciliares, veredas, pantanais, encostas, topos de morro e pousio terão a proteção mantida. Também foi vetada a transferência de competência para os municípios quanto ao tamanho das APPs.

O objetivo do governo, disse Izabella, é garantir tanto a preservação das florestas e biomas quanto a agricultura sustentável.



Jucá: municípios não têm verba para cumprir metas da política nacional

## Jucá vai propor “PAC dos lixões” no Orçamento de 2013

Relator do Orçamento da União de 2013, Romero Jucá (PMDB-RR) anunciou que está propondo “um PAC dos resíduos sólidos” — uma vertente do Programa de Aceleração do Crescimento para financiar o tratamento e a coleta seletiva do lixo e acabar com os lixões.

O senador disse que a Lei 12.305/10, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, representa um avanço importante, mas precisa de recursos para ser implementada. Segundo ele, a maioria dos municípios não tem dinheiro para colocar em prática as metas previstas para 2014.

Jucá observou que 400 mil homens e 600 mil mulheres são catadores de recicláveis, e 10% pertencem a uma das mais de 1.100 organizações em funcionamento. Segundo o senador, 60% dessas organizações operam “em níveis exageradamente baixos de eficiência”. Em consequência, acrescentou, a renda média dos catadores não chega a atingir um salário mínimo, situando-se entre R\$ 420 e R\$ 520. O nível de instrução médio fica entre a 5ª e a 8ª série (6º ao 9º ano) do ensino fundamental.

O senador disse que os catadores “vivem em situação de extrema pobreza e de extremo aviltamento das condições de higiene para desenvolver seu trabalho nos lixões”. Com o “PAC dos resíduos sólidos”, Jucá pretende oferecer a esses catadores treinamento, capacitação e organização em cooperativas.



Os ministros Pepe Vargas, Izabella Teixeira e Mendes Ribeiro (D) e o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams (2º à dir.), anunciam os vetos feitos por Dilma

## Rolleberg manifesta apoio aos vetos anunciados por Dilma

Os vetos que a presidente Dilma Rousseff anunciou, na sexta-feira, ao projeto do Código Florestal aprovado pela Câmara dos Deputados no mês passado foram avaliados como acertados por Rodrigo Rolleberg (PSB-DF).

O senador disse que a decisão do governo federal em relação aos vetos não poderia ser diferente, visto que o texto final aprovado pelos

deputados eliminou vários dispositivos importantes introduzidos pelo Senado, mesmo tendo sido acordados com a Câmara após amplo processo de negociação.

— O texto aprovado pelo Senado foi um texto equilibrado, construído a partir de amplo entendimento o tempo todo com os deputados. Foi muito estranho a Câmara ter se curvado a pressões de grupos

ruralistas mais radicais e descumprido o acordo firmado com o Senado — disse.

### Desfiguração

Rolleberg disse que os próprios deputados reconheceram que o texto que saiu da Câmara ficou desfigurado, sendo necessárias alterações para evitar a criação de situações de insegurança jurídica.

Com relação às medidas

de APPs de matas ciliares propostas pelo governo, Rolleberg considerou que o estabelecimento de faixas de proteção de apenas 5 metros de largura para rios de grande porte não terá efeitos danosos à conservação destes, visto que as pequenas propriedades nas quais estes parâmetros serão adotados representam apenas 10% da área total das fazendas brasileiras.

### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** José Sarney

**1º vice-presidente:** Marta Suplicy

**2º vice-presidente:** Waldemir Moka

**1º secretário:** Cícero Lucena

**2º secretário:** João Ribeiro

**3º secretário:** João Vicente Claudino

**4º secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### Agência Senado

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.gov.br/noticias](http://www.senado.gov.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

**Reportagem:** Cíntia Sasse

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Juristas que elaboram proposta de Código Penal aprovam transformação de discriminação de opção sexual em crime inafiançável

# Preconceito contra gays pode ter as mesmas punições do racismo

DISCRIMINAR UMA PESSOA por ser *gay*, nordestina ou mulher pode virar crime inafiançável. A comissão de juristas encarregada de elaborar proposta para um novo Código Penal aprovou, sexta-feira, a inclusão, na Lei do Racismo (Lei 7.716/89), da discriminação por gênero, opção sexual e procedência regional. A comissão de juristas foi criada por determinação do presidente do Senado, José Sarney.

A proposta leva para o anteprojeto de revisão do Código Penal a criminalização da homofobia, prevendo para esse tipo de prática as mesmas penas já existentes para a discriminação de raça ou de cor. Se a proposta for aprovada pelo Congresso, passa ser prática criminosa, por exemplo, impedir o acesso de um travesti a um estabelecimento comercial ou que um aluno transexual frequente a escola.

Também ficam proibidas as incitações ao preconceito e as manifestações ofensivas através de meios de comunicação, como a internet. A proposta formaliza casos como o da estudante Mayara Petruso, condenada este mês a 1 ano e meio de prisão por ter divulgado ofensas contra nordestinos em redes sociais. As penas previstas para esses crimes continuam as mesmas expressas na lei, variando de 1 ano a 5 anos de prisão.

## Mulher no trabalho

O novo texto preparado pela comissão trata de outro assunto delicado: a discriminação da mulher no mercado de trabalho. Ao incluir o preconceito de gênero entre os previstos na lei, as empresas públicas e privadas ficam proibidas de demitir, deixar de contratar ou dar tratamento diferenciado em função de cor, raça, gênero, procedência ou opção sexual. A medida beneficia diretamente a atuação das mulheres no mercado de trabalho, onde elas esbarram em inúmeros casos de distinção, principalmente salarial, na comparação com os homens. A inclusão expressa da diferença salarial na lei chegou a ser discutida entre os juristas, mas acabou rejeitada sob o argumento de que criminalizar a diferença salarial entre homem e mulher poderia acabar prejudicando a contratação da mão de obra feminina.

A comissão especial volta a se reunir hoje para discutir a legislação sobre drogas e também sobre crimes eleitorais. Para o relator da comissão, o procurador da República Luiz Carlos Gonçalves, a maior polêmica prevista para a próxima semana será a criação de nova prática processual: a barganha. A intenção é permitir que um processo judicial já em curso possa ser encerrado em caso de acordo entre as partes — acusador e acusado — com cumprimento de pena. A possibilidade atualmente só existe em alguns poucos tipos de crime e antes de o processo ser instaurado. Uma vez iniciado o trâmite judicial, ainda que haja acordo entre Ministério Público e acusado, não é possível interromper ou encerrar o processo.



Presidente da comissão, Gilson Dipp (E) discute as mudanças com o relator, Luiz Carlos Gonçalves

## Comissão quer penas mais rígidas para abandono e maus-tratos de animais

A Comissão de juristas também aprovou punições mais duras contra abandono e maus-tratos a animais. O abandono, que atualmente é contravenção sujeita a multa e prisão de até 1 ano em regime aberto ou semiaberto, poderá ser punido com prisão de 1 a 4 anos mais multa. A pena seria aplicada ainda para maus-tratos, mas com possibilidade de ampliação para até 6 anos de cadeia se houver morte, ou em até um terço do tempo no caso de lesão grave ou permanente.

A comissão manteve as regras atuais que restringem a realização de experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos e científicos, quando houver recurso alternativo. A pena sugerida para esses casos também é de 1 a 4 anos de prisão.

Para tráfico de animais, os juristas propõem pena de 2 a 6 anos de prisão, em vez da punição atual de 6 meses a 1 ano e multa.

Alguns integrantes da comissão fizeram ressalvas ao rigor das punições, mas prevaleceu a opinião de que os crimes contra animais exigem tratamento penal mais firme. O advogado Tércio Lins e Silva ponderou que o exagero punitivo pode levar a não aplicação da pena.

O corte ilegal de madeira de lei classificada, inclusive para produzir carvão, poderá ser punido com prisão de 1 a 4 anos. Na nova redação do código, os juristas colocaram sob a mesma proteção contra o corte madeira de floresta, mata ou selva, ou madeira encontrada em restinga ou caatinga.

## Proposta de juristas também amplia e detalha crimes contra o sistema financeiro

A comissão de juristas aprovou a atualização da Lei 7.492/86, que define os crimes contra o sistema financeiro nacional. A proposta detalha gestão fraudulenta, exclui crimes que ficaram ultrapassados e inclui novos tipos penais.

A principal mudança sugerida foi a redefinição da gestão fraudulenta de acordo com sua gravidade. Um ato isolado de fraude é um tipo mais brando, com pena de 1 a 4 anos de reclusão; fraudes habituais na gestão são um pouco mais grave, assim como se essa gestão prejudicar terceiros. Por fim, o tipo mais grave ocorre quando a gestão fraudulenta provoca a falência da empresa.

A comissão ampliou também a definição de gestão temerária — quando uma instituição concede empréstimo financeiro em valores maiores do que os permitidos ou sem a adoção das cautelas exigidas

para a operação.

Alguns tipos de falsificações e fraudes foram suprimidos por se enquadrarem em outros trechos do Código Penal. A comissão ainda criou novos tipos, como o da informação privilegiada. A medida prevê situações de pessoas que, com acesso a dados internos sobre investimentos de uma empresa, aproveitam para especular na bolsa de valores.

Também foi incluído agravamento de pena, para até o dobro, sempre que os crimes contra o sistema financeiro abalarem a confiança de uma instituição ou lesarem grande número de pessoas.

— Nós resolvemos questões da maior complexidade. Todos os dias esse assunto é discutido no Judiciário, e respondemos a um sem número de questões — elogiou o advogado Antônio Nabor Bulhões, integrante da comissão.



Senador lamenta que os brasileiros paguem tarifas exorbitantes por serviços ruins

## Mozarildo anuncia ação judicial contra operadoras de telefonia móvel

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) comunicou que vai entrar com ação judicial contra a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e as operadoras de telefonia em razão das altas tarifas e da falta de qualidade. Na avaliação do senador, a omissão da Anatel configura imoralidade e desrespeito ao consumidor.

— Se não tomarmos providências, vamos ser coniventes com um assalto que as operadoras fazem com a conivência da Anatel — disse.

O senador citou texto dos doutores em economia Cláudia Viegas e Bernardo Macedo, publicado no *Correio Braziliense*, que aponta contradição entre o elevado número de usuários e o baixo nível de consumo da telefonia celular no Brasil. Esse fato, explicam os estudiosos, deve-se à alta carga tributária e ao preço elevado das ligações entre operadoras. De acordo com o estudo, em 2011 o consumo médio mensal no Brasil foi de 91 minutos mensais, enquanto na Europa foi de 157 minutos e na Ásia chegou a 212 minutos a cada mês.

Mozarildo pediu estudo da Consultoria do Senado sobre princípios gerais que disciplinam a telefonia desde a privatização. A Consultoria concluiu que os brasileiros pagam tarifas exorbitantes por serviços de má qualidade, informou o senador.

## PEC do Trabalho Escravo volta para análise do Senado após 11 anos

O substitutivo da PEC do Trabalho Escravo (PEC 57A/99), aprovado semana passada pela Câmara dos Deputados após 11 anos, chegou sexta-feira ao Senado. A aprovação aconteceu após acordo entre líderes partidários do Senado e da Câmara que prevê a criação de uma comissão mista de cinco senadores e cinco deputados para elaborar um projeto de lei que regulamente a proposta.

No Senado, o substitutivo passa a tramitar como matéria nova e será analisado inicialmente pela Comissão de Constituição e Justiça.

A PEC foi apresentada em 1999 pelo então senador Ademir Andrade e aprovada em 2001 no Senado. Permite a expropriação de imóveis rurais e urbanos onde houver trabalho escravo ou análogo. Esses imóveis serão destinados à reforma agrária ou a programas de habitação popular.

Em debate com a Representação Brasileira no Parlasul, especialistas alertaram para a gravidade da crise mundial e sugeriram maior integração entre países do bloco

# Analistas temem efeito da crise sobre Mercosul

**ESPECIALISTAS OUVIDOS EM audiência pública na sexta-feira, pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul), alertaram para a gravidade da crise econômica mundial, que atribuíram ao esgotamento do modelo neoliberal.**

Os debatedores, que também responderam às perguntas enviadas por telespectadores e internautas, mostraram preocupação com a crescente participação de bens primários na economia brasileira, rejeitaram medidas de austeridade e defenderam maior planejamento estatal dos fatores econômicos.

O ex-ministro e ex-governador do Ceará **Ciro Gomes** disse que, mais que uma união aduaneira, o Mercosul deve ser um espaço de coordenação de políticas. Ele sublinhou como fator de “êxito civilizatório” a coordenação estratégica entre governo, empreendedores e setor acadêmico. Citou o **New Deal** nos Estados Unidos dos anos 1930 e a **China** de hoje como exemplos.

**Ciro** lembrou que, mesmo nos Estados Unidos, o papel do Estado tem sido essencial para a relevância tecnológica

do país, e destacou as intervenções estatais americanas como resposta à crise de 2008. Ressaltou ainda que, entre os norte-americanos, cresce a consciência de que não é possível manter o baixo nível de poupança doméstica, pois o capital externo de qualidade só entra quando é menos necessário.

— Esta é uma variável insustentável e eles têm que superar este problema, sem o que, provavelmente, a convulsão internacional será de novo a resposta para a agonia sistêmica das nações — disse.

O doutor em economia **Márcio Monteiro de Castro** argumentou que o Brasil precisa “mudar a rota e rápido”. Segundo ele, no início dos anos 1990, período da criação do Mercosul, o país acreditou no “fim da história”, visão que teria se mostrado equivocada.

— A ideia que prevaleceu foi ‘o mercado vai resolver o Mercosul’. O Mercosul era o primeiro passo para a inserção brasileira no mercado global. Na época, a economia brasileira era muito protegida, e era preciso fazer alguma coisa — disse.

Porém, de acordo com ele,



Para debatedores ouvidos em audiência presidida por **Requião (E)**, crise é fruto do esgotamento do modelo neoliberal

os “ecos de otimismo” levaram a sociedade brasileira até há pouco tempo a acreditar que já próxima do primeiro mundo.

**Monteiro de Castro** também mostrou preocupação com o destino do euro, temendo que países como Grécia, Espanha e Itália não caibam na união monetária. E criticou o sistema do “dólar flexível”, pelo qual os Estados Unidos se financiam à custa dos aliados, por enfraquecer os Estados nacionais.

Lamentando que o conceito de planejamento tenha “saído de moda”, ele criticou o fato de que o Brasil, de forma unilateral, tenha renunciado às suas defesas ao privatizar empresas

estratégicas e abrir mão de ter políticas educacional e industrial.

Presidente do Instituto Intersul, **José Carlos de Assis** não acredita no fim do capitalismo, mas salientou que o mundo se afasta inexoravelmente da “liberdade individual ilimitada”. De acordo com ele, o declínio da capacidade de ordenamento que os Estados Unidos exerceram abriu um vácuo na governança global que está sendo preenchido pelo G-20.

Na opinião de **Assis**, a crise mundial atacou diretamente “o coração do sistema capitalista”.

— Se você considerar que o banco é a alma do sistema capitalista, esta crise é maior que a de 1929 — afirmou.

A política de austeridade fiscal para combater a crise na Europa foi alvo de críticas pelo potencial de reduzir o mercado interno e o emprego.

A América do Sul, para o economista, deve perseguir uma estratégia de integração nos moldes do projeto original do Mercado Comum Europeu, e o Mercosul pode reagir ao *dumping* aumentando a Tarifa Externa Comum (TEC) e zerando as tarifas entre os membros da união sul-americana.

## ACONTECEU NAS COMISSÕES

### Diferenças de aprendizagem prolongam “apartheid social”, diz especialista, em debate na CE

**AS DIFERENÇAS DE** aprendizagem que persistem entre regiões e classes sociais do país normalmente afetam as crianças de famílias mais pobres e prolongam um quadro de *apartheid* social. A avaliação foi feita na quarta-feira, no Senado, pela diretora executiva do Movimento Todos Pela Educação, **Priscila Cruz**. Ela participou de audiência pública promovida pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) para debater as dificuldades que o país enfrenta no cumprimento de metas educacionais.

— Temos um grande desafio, que é oferecer educação de qualidade para todos. No entanto, a qualidade não existe sem equidade — disse.

**Priscila Cruz** apresentou um panorama estatístico da situação do ensino no país, avaliando o cumprimento de cinco grandes metas. As maiores disparidades foram verificadas no nível de conhecimento atingido pelos estudantes.

No Sudeste, por exemplo, 65,6% dos alunos atingiram o esperado em relação à escrita, 64,6% corresponderam à meta em leitura e 55,7% tiveram o desempenho pretendido em matemática. No Nordeste, esses índices não passaram de 30,3% em escrita, 42,5% em leitura e 28,3% em matemática.

Quanto à universalização do ensino, ela destacou que a taxa de atendimento escolar da população de 4 a 17 anos avançou de 83,8% para 91,5% em dez anos, até 2010. No entanto, segundo a diretora do Todos pela

Educação, os dados gerais e médios escondem grandes desigualdades regionais e por segmento de renda. No Norte, por exemplo, a taxa de atendimento ainda está em 87,8%.

#### PISO DO PROFESSOR

Na avaliação do secretário de Educação Básica do Ministério da Educação, **Antonio Cesar Callegari**, o país tem condições de enfrentar o desafio da qualificação do ensino. Ele disse que a destinação de mais recursos não é a única questão em pauta, mas defendeu o aumento de verbas para o setor.

**Callegari** destacou a sugestão do governo de aumentar os investimentos, dos atuais 5% para 7%, no âmbito do Plano Nacional de Educação, em exame no Congresso. E apontou como uma das prioridades a formação

inicial e continuada dos professores. A despeito das reações de prefeitos e governadores, o secretário defendeu um aumento ainda mais firme no valor do piso salarial do professor.

No entanto, **Cyro Miranda** (PSDB-GO) e **Ana Amélia** (PP-RS), que solicitou a audiência, mencionaram as dificuldades dos estados e prefeituras para pagar o piso.

— Que essa obrigação legal não gere impasse que leve a uma intervenção em estados e municípios que deixem de cumprir o piso — disse **Ana Amélia**, cobrando maior participação do governo federal, o “primário” que fica com a maior parte dos impostos.

Com relação ao financiamento da educação, **Inácio Arruda** (PCdoB-CE) destacou os esforços de parlamentares que estão tentando garantir para a

área a destinação de 50% dos futuros recursos do fundo a ser formado pelo petróleo da camada pré-sal.

#### BOLSAS PRIVADAS

O professor **Fernando Schüler** sugeriu no debate que sejam ofertadas bolsas a estudantes, também em escolas privadas do ensino fundamental e médio, custeadas com incentivos fiscais. Para ele, essa seria a saída para a oferta de ensino de qualidade, em curto tempo e com menores custos. O professor apontou como um bom exemplo o Programa Universidade para Todos (Prouni), que concede bolsas de estudos em universidades privadas para estudantes de baixa renda oriundos da rede pública.

No entanto, **Cesar Callegari**, do Ministério da Educação, criticou a proposta. De acordo com ele, o que o pro-

fessor sugere vem sendo chamado de “sistema de *voucher*”, em que recursos públicos são canalizados para criar vagas no sistema privado. Na prática, **Callegari** disse que esse sistema vem sendo muito mal avaliado, não representando solução para o problema do financiamento da educação nos países onde foi adotado.

**Paulo Bauer** (PSDB-SC) coordenou o debate na CE, que é presidida por **Roberto Requião** (PMDB-PR).

#### PROJETOS APROVADOS

Na terça-feira, a CE também deu parecer favorável ao PLC 36/12, que autoriza o Ministério da Educação a criar 77 mil cargos e funções, a serem preenchidos até 2014. Desse total, 43.875 vagas são destinadas a professores. O projeto ainda será examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), antes de passar pelo Plenário.

Já a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou, na quinta, uma sugestão apresentada e discutida no Projeto Jovem Senador, que procura aproximar o Senado das escolas brasileiras. **Ana Rita** (PT-ES) recomendou a aprovação da proposta que inclui os programas de avaliação seriada, realizados a cada ano no ensino médio, entre os mecanismos de acesso às instituições federais de ensino superior.

A sugestão partiu da estudante **Jéssica Perez** e será formatada em projeto de lei para tramitar no Senado e na Câmara dos Deputados.



**Priscila Cruz** avalia metas da educação, em debate que contou com **Cesar Callegari (E)**, senador **Paulo Bauer** e **Fernando Schüler**